

# A economia de “um só fundamento”

Brasil

José Carlos  
de Souza Braga \*

Pode um país com um déficit em conta corrente de US\$ 24,6 bilhões, equivalente a mais de 4% do PIB, considerar-se possuidor de bons fundamentos econômicos, mesmo que não seja emissor de uma moeda forte e aceita internacionalmente? E se esse país possui uma dívida pública, de curto prazo, da ordem de R\$ 408,4 bilhões, equivalente a cerca de 74% do PIB? E se seu governo é capaz de gerar um superávit primário de 3,4% do PIB, mas ao mesmo tempo incorre num déficit nominal de 4,5% do PIB, com o gasto em juros atingindo 8,06% do PIB?

Para o ministro Pedro Malan, o Brasil, mesmo ostentando esses números, pode ser considerado, hoje, uma economia de bons fundamentos. Segundo ele, em entrevista recente a um grande jornal, “...os fundamentos da economia brasileira acabarão por prevalecer sobre essas turbulências que fazem parte do mundo em que vivemos...” (OESP — 19/03/2001, pg. B-7).

Quanto às consequências decorrentes da crise argentina e das instabilidades cambiais e financeiras em outros cantos do mundo, o ministro adota uma visão peculiar e olímpica: “Essas volatilidades e instabilidades fazem parte dos riscos, incertezas e peripécias da história, e nós temos de lidar com elas”.

Ora, a primeira ponderação que se impõe é a de que ou os governos se protegem adequadamente dessas



crises ou suas economias e suas populações pagarão pesadamente. Na verdade, essa lição foi aprendida na Grande Depressão mundial dos anos 30 e nos desastres da Segunda Guerra Mundial. Foi por isso que, dos anos 50 até meados dos anos 80, os capitalismo nacionais e a economia internacional foram regulados, regulamentados e relativamente protegidos das forças destrutivas de um sistema de mercado em crise.

É por demais conhecido o padrão regulatório do Estado sobre o mercado que prevaleceu até o surgimento da globalização e suas políticas de desregulamentação, liberalização, privatização. Por definição, esse “novo mundo” está submetido à dinâmica econômico-financeira dos mercados que tem provocado tanto euforia quanto pânico nos “agentes

econômicos” e nos Estados nacionais dos países cujas economias estariam “em desenvolvimento”.

Pois bem, nesse mundo, em que medida um país como o nosso possui de fato bons fundamentos econômicos? Para o governo, em última análise, o essencial dos nossos fundamentos é o regime fiscal. Diz o ministro como solucionaremos nossos problemas: “Primeiro liquidando com a hiperinflação; segundo, fazendo as reformas necessárias, em particular mudando o regime fiscal brasileiro para mostrar a solvência do setor público numa perspectiva de médio e longo prazo que permita baixar a taxa de juros em termos reais, fortalecendo o sistema financeiro e o mercado de capitais, aumentando a produtividade, reduzindo custos e ampliando a eficiência

no setor privado, tornando o setor público mais eficiente”.

Efetivamente, em razão do declínio da taxa de juros, o déficit nominal em proporção do PIB, que era de 12,2% em 1999 e de 8,1% em 1998, apresentou, no ano passado, uma queda expressiva, como visto acima. Mas não esqueçamos que aqueles percentuais elevados ocorreram justamente pela vulnerabilidade externa de nossa economia em função da qual as taxas de juros foram radicalmente aumentadas no período 1998/1999 com o intento de evitar a crise cambial, afinal contornada pela desvalorização do real e pelo pacote de empréstimos coordenado pelo FMI.

À época, as turbulências originavam-se na Ásia, na Rússia e chegaram até o Brasil impondo as consequências de uma desvalorização cam-

bial pressionada pelo mercado, em vez de conduzida no âmbito de uma estratégia de política econômica. Esses episódios, aliás, costumam provocar trapalhadas onerosas para os países, tais como a que ocorreu no Brasil com o mandato relâmpago do presidente do Banco Central encarregado da desastrosa desvalorização, assim como, agora, repetiu-se com a curta vida do argentino Ricardo López Murphy no Ministério da Economia.

As incertezas, agora oriundas da Turquia, da Argentina e dos Estados Unidos voltam a produzir pânico internacional. Por que razão estaria o Brasil, desta vez, imune e protegido por seus fundamentos econômicos? O governo faz crer, na formulação de seu ministro da Fazenda, que o superávit primário, a Lei de Respon-

sabilidade Fiscal e o capital internacional não-volátil nos protegerão. Ora, a responsabilidade fiscal, desejável e fundamental, tem servido, entretanto, como é sabido, para pagar juros expressivos (R\$ 87,4 bilhões em 2000), que, com o passar do tempo, seriam cadentes pelo gradativo declínio da taxa de juros.

Mas aqui chegamos à pièce de resistance: o Brasil não possui liberdade efetiva para determinar sua taxa de juros, já que depende da captação de recursos externos para enfrentar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Diante de uma tensão nas finanças interna-

cionais o Banco Central, supostamente para combater a inflação, corre para elevar a taxa de juros, como se verificou na última reunião do Copom. E os investimentos diretos líquidos? Sim, têm ajudado nesse financiamento do déficit, mas deve-se indagar até quando persistirão tão elevados — US\$ 30,04 bilhões em 1999 e US\$ 29,5 bilhões no ano passado — e qual a magnitude de remessas de lucros e dividendos que eles implicarão à frente.

É a monotonia da argumentação oficial que nos obriga a repetir o que é bastante sabido: nosso calcanhar-de-aquiles é a dependência de financiamentos e investimentos externos cujo fluxo depende das instáveis conjunturas internacionais e das estratégias globais das multinacionais. Enfim,

tudo repousa no fundamento fiscal que, sozinho, é um fundamento frágil e mais ainda se a fragilidade, na verdade, é externa, financeira e cambial. As excitações no mercado cambial que já haviam produzido uma mudança de patamar do dólar e induziram novos sobressaltos nos últimos dias não deixam dúvidas de que ser um país de “um só fundamento” é condenar-se à subordinação no plano internacional e à instabilidade recorrente. ■

**O Brasil não possui liberdade para definir os juros, pois depende da captação de recursos para enfrentar o déficit externo**

\* Diretor-executivo do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).